



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

Ato da Presidência:

LEI Nº 03/81

DATA: 17 de Junho de 1981

SÚMULA: Declara de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 28, § 4º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17/06/81

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56); achando-se ausentes, em licença, os Srs. Deputados José Tavares e Valduga (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente REQUER a inserção em Ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. General MILTON TAVARES, Comandante do II Exército.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento do General Minton Tavares, Comandante do II Exército, perde o Exército, o Governo e a Nação brasileira, um de seus mais ilustres representantes.

Homem de rígida formação moral e militar, sempre soube cumprir com perfeição todas as posições assumidas ao longo de sua vida.

Patriota incontestado, propugnou sempre pela perfeição e pelo aprimoramento das instituições nacionais, não admitindo a qualquer preço ou razão o desvio do caminho dos altos interesses da Nação brasileira.

Razão pela qual havemos por bem propor o presente requerimento que, se vier a receber o acatamento dos nobres Membros com assento neste Legislativo, estará simplesmente homenageando e com justa razão, um eminente brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de pesar pelo falecimento da Senhora LAURA PRATA BARBOSA, ocorrido no dia 12 de junho de 1981, aos 91 anos de idade, na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

Requer outrossim, que se dê conhecimento a seus familiares, através do endereço: Travessa Silvio Van Erven, 95, Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Laura Prata Barbosa, residia na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

Mãe do Dr. Domingos Prata Barbosa, Assistente da Presidência da COPEL, que é nosso companheiro de muitos anos.

Seu desaparecimento, aos 91 anos de idade, causou profundo abalo nos meios sociais, bem como entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente REQUER seja inserido em Ata um voto de profunda consternação e pesar pelo falecimento do Sr. MARCOS MALUCELLI (Marquito).

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Lamentável sob todos os aspectos, o falecimento do comerciante Marcos Malucelli, figura de incontestável capacidade de direção e humanidade.

Deixou com seu desaparecimento, magnífica obra, construída sob árduo e dinâmico trabalho, que é hoje, sem discussão, uma das mais sólidas empresas do ramo comercial estabelecida em nossa Capital, o renomado "Malucelli da Visconde".

Figura simpática, humana, laboriosa, que deixa indefectível lacuna junto a seus familiares e amigos, bem como a toda comunidade curitibana e paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, em data de 20 do corrente, do industrial iratiense ARRIGO PAVIA.

Outrossim, requer que, da decisão desta Casa, se dê ciência à família do mesmo.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1.981.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar justa e indiscutível homenagem ao cidadão que em muito contribuiu para o engrandecimento da cidade e do município de Irati.

Pois, naquele município, instalou há mais de 30 anos, a CARVORITE, indústria pioneira em produção de carvão vegetal, o que possibilitou a criação e expansão do mercado de trabalho na região, além de produzir novas divisas no campo da arrecadação do Município e do Estado do Paraná.

Na sua vida privada, sempre conduziu-se com máxima rigidez e formação moral, tendo sempre participação efetiva nos eventos que pretendessem a melhoria de sua cidade e de sua gente.

Razão pela qual, acreditamos o presente requerimento, se acatado pelos nobres Membros desta Casa Legislativa, constituir-se-á nada mais nada menos do que a manifestação de justa homenagem a quem muito deve a população iratiense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO CAETANO PINTO, ocorrido no último dia 17 de junho, na cidade de Chopinzinho.

Pedro Caetano Pinto, pioneiro em Chopinzinho, sempre acreditando na potencialidade das terras produtivas do Sudoeste, ajudou, com seu incansável trabalho a construir o progresso em Chopinzinho, onde granjeou respeito e admiração de toda população, pois sempre se constituiu num marco de moral, exemplar e dedicado chefe de família, e seu passamento deixou profundamente consternada sua família e seu numeroso círculo de amizades.

Requer outrossim, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,

REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MARCOS ANTÔNIO MALUCELLI, ocorrido no último dia 18, nesta Capital.

O extinto, pessoa da mais elevada respeitabilidade, pertencente a tradicional e conceituada família paranaense, e por longos anos exerceu suas atividades no comércio de nossa cidade, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação entre o vasto círculo de amizades que possuía, graças ao seu caráter íntegro e suas qualidades de homem honesto e trabalhador, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todos aqueles que o conheceram e que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade.

Deixa viúva a Senhora Antonia Orreda Malucelli e filhos, Filastrio Antonio Malucelli, Solis Malucelli Ferreira e Tereza de Berta Rezende.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. JAIR SOARES, DD. Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando devolução de verba arrecadada e destinada à educação dos diversos Estados.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O IAPAS, como órgão arrecadador, vem retendo indevidamente as cotas de salário-educação, que de acordo com a lei, devem ser repassadas aos Estados, dentro dos cronogramas previstos para o repasse mensal.

Sabe-se que a Previdência Social, além de não satisfazer os fins previstos nos seus objetivos, deve aos Estados e às Indústrias, 17 bilhões de cruzeiros, que não foram transferidas aos Estados, ao Sesi e ao SENAI. E essa retenção indevida causa um desequilíbrio aos orçamentos dos governos dos Estados, e seu débito para com o Paraná, no ano de 1981, vai a 600 milhões de cruzeiros, até o dia 31 de maio.

Nestas condições, pede urgenciamento na devolução da quantia retida indebitamente ao Governo do Estado, como de resto aos demais credores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a aprovação de um voto de repúdio ao Ministro da Indústria e Comércio, CAMILO PENA, em função de seu total desconhecimento dos problemas da cafeicultura nacional.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja apresentada uma moção de apoio aos professores do Estado, que reivindicam melhoria de suas condições de trabalho, mormente no que se refere à aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Requer ainda, seja encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho, expediente expondo a posição do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Sr. Presidente do BNH, no seguinte teor:

“Sirvo-me do presente para apelar a Vossa Senhoria, mais uma vez, no sentido de que este estabelecimento de crédito imobiliário reveja as prestações em atraso dos mutuários localizados no “Conjunto Samambaia”, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná. A medida, se concretizada, seria de alto valor social, uma vez que moradores citados estão em situação desesperadora. Solicitamos sua compreensão para angustiante problema e temos certeza que seu espírito altruísta, encontrará a solução devida. Atenciosamente. Nelson Buffara, Deputado Estadual”.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente João Baptista Figueiredo, sugerindo que a política de preços para o setor cafeeiro seja desvinculada do Ministério da Indústria e Comércio e fixada a outro setor competente do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Cotrim, inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

“Há poucos dias o nobre Deputado Gilberto Carvalho pronunciou-se nesta tribuna, sobre a situação em que se encontra a Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana - FACLAP, sob intervenção do Ministério da Educação desde 09.03.81, conforme Portaria Ministerial 217/81/MEC, portanto, há mais de 90 dias.

Fomos também procurados por alunos daquela faculdade e ainda pelos atuais diretores da APES, entidade mantenedora daquela faculdade, que solicitaram nosso apoio para que as aulas, paralisadas desde 13.04.81, por determinação do Professor Ervino Nesello, diretor “Pró-tempore” nomeado pelo MEC fossem reiniciadas imediatamente, a fim de não causar prejuízos aos alunos.

Encaminhamos àquele professor, um telex solicitando esclarecimentos a respeito, telex esse que foi recebido pelo referido professor em 18 de maio do corrente, sem resposta até o momento.

A entidade mantenedora impetrou mandado de segurança contra os atos do professor Ervino Nesello e foi-lhe concedida a medida liminar em 29 de maio, sendo oficiado àquele professor da decisão da Justiça Federal.

Segundo informações que recebi, o professor se recusou a receber e acatar a decisão da Justiça, sendo necessário o uso de Agentes da Polícia Federal para que a Senhora Dinaura Godinho Pimentel, também membro da Comissão de Inquérito do MEC, acusasse o recebimento da precatória.

Não obstante todas essas medidas, o ilustre Professor Ervino Nesello, que nos parece ainda viver na época do AI-5, em Edital número 04/81, publicado na “Tribuna da Cidade”, de Apucarana, em 14.06, resolveu prorrogar por mais trinta dias a suspensão das atividades da Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana.

Várias conclusões podem ser tiradas do episódio, entre elas as seguintes:

- 1) A comissão demonstra sua falta de capacidade ao demorar tanto tempo para concluir um inquérito.
- 2) Existe uma deliberada vontade de prejudicar a Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana, suas atividades e seus alunos.
- 3) Está ausente de todas as atitudes da Comissão, o respeito aos alunos e professores, prevalecendo a autocrática vontade dos membros da Comissão.

É notória a ausência do Professor Ervino Nesello na Faculdade, embora no Edital 04/81 ele determine a obrigatoriedade do comparecimento do Pessoal Administrativo e Docente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fatos como esses não podem passar em branco, sem que os representantes do povo repudiem e denunciem, porque se há ou houve irregularidades na Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana, somos favoráveis pela punição e responsabilização dos culpados, mas exigimos um mínimo de respeito com os alunos, com o dinheiro dos alunos, com os princípios mínimos de bom senso e auto-crítica.

Esperamos que Sua Excelência o Governador Ney Braga, que outrora no Ministério da Educação deu sobejas mostras de equilíbrio, bom senso e justiça, encontre durante esta semana a solução para a FACLAP, e leve como presente a Apucarana no próximo dia 26, a notícia do reinício das aulas para os quase 200 alunos da Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na primeira quinzena de fevereiro deste ano, estivemos em reunião com os moradores do Jardim Samambaia, de Paranaguá, conjunto da COHAB, ocasião em que eles nos relataram que estavam preocupados, uma vez que, se não pagassem as prestações vencidas até o dia 15 de fevereiro, seriam despejados de suas casas, compradas com tantos sacrifícios.

Prestamistas com atraso de 5, 8, 10, 12 meses, ao redor de 80 ao todo, estiveram em Curitiba, e fomos conversar com o Dr. Rafael Dely, da COHAB, em Curitiba.

E, nessa ocasião, conseguimos fazer com que aquele cidadão prorrogasse por mais seis meses o prazo para que atualizassem suas prestações. E, tempo suficiente, acreditávamos naquela oportunidade, para que outras gestões paralelas fossem agilizadas. O prazo portanto, foi prorrogado para 15 de agosto.

E tentamos, na oportunidade, aproveitando a estada em Curitiba do Ministro Mário Andreazza, do Interior, e do Presidente do BNH, tentamos fazer com que um expediente, provocado por Rafael Dely, gerente da COHAB, propondo um refinanciamento das prestações, proposta esta que foi aceita por Luiz Antônio Parigot de Souza, Gerente Regional do BNH, e endereçada ao Presidente do BNH no Rio de Janeiro, Dr. José Lopes de Oliveira.

Não obstante a solicitação, o empenho de Rafael Dely, com referendado favorável do Gerente Regional do BNH, aquele cidadão, Presidente do BNH, indeferiu, pondo por terra as esperanças dos mutuários do “Jardim Samambaia”, de Paranaguá, como de vários que existem por este País a fora, com problemas semelhantes.

Ressurge em Paranaguá movimento no sentido de que aquelas prestações pudessem ter um refinanciamento. Os mutuários estão fazendo um movimento de política em Paranaguá e pedindo a todas as lideranças políticas da cidade, que se unam nesse movimento.

E hoje estamos encarecendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da necessidade de ser encaminhado um telex, e requeiro

verbalmente e em seguida apresentarei um requerimento à Mesa, a fim de que o Sr. José Lopes de Oliveira, Presidente do BNH no Rio de Janeiro, entenda que é de capital importância e imprescindível, é imperativo que eles se sensibilizem e refinanciem o núcleo residencial "Jardim Samambaia", de Paranaguá, sob pena de termos mais um problema social, somado a tantos outros que já existem naquela cidade litorânea.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Previdência Social deve aos Estados, ao Sesi e ao SENAI, de dinheiro arrecadado e indebitamente retido, Cr\$ 17.000.000.000,00. E o que assusta, Sr. Presidente, é que o Governo virou caloteiro também. Além de arrecadar, quantia destinada aos Estados, para o aprimoramento do ensino em cada Estado, deixa na rua da amargura o Secretário da Educação, que, por sua vez, transfere os problemas para a Previdência Social.

Sabemos que aqui em Curitiba, comprou-se um hospital, o Hospital Santa Cruz, e até agora o hospital está fechado. Além disso, o novo Hospital Santa Cruz está funcionando também com o uso de seus serviços médico-hospitalares e ambulatorial, através da Previdência Social.

Mas, o fator importante, é que essa Previdência deve só ao Estado do Paraná, até 31 de maio, Cr\$ 600.000.000,00. É importante que se diga que o Presidente da FIESP de São Paulo, esteve junto ao Ministro, em seu gabinete, reclamando a retenção feita de Cr\$ 1.900.000.000,00.

Sr. Presidente, num País onde se alardeia que uma das coisas que mais se atende é o homem, aqui no Paraná tem-se falado muito na prioridade da educação, o Governo do Estado não dispõe de instrumento para receber Cr\$ 600.000.000,00 que o Estado está para creditar junto à Previdência Social.

Sr. Presidente, isto é uma retenção indébita. Isto é apropriar-se de dinheiro alheio; ainda que de uma instituição, de um organismo público ou de uma unidade da Federação.

Nestas condições, Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento para que o Ministro devolva ao Estado do Paraná, como em outros setores nunca foram devolvidos, os direitos do nosso Estado. Que esta Assembleia se manifeste e até repudie, esta posição da Previdência Social com relação aos direitos que o Paraná tem.

Sr. Presidente, é o momento de pedirmos tudo aquilo que nos é devido pelo Governo Federal, e principalmente a retenção do dinheiro que vai ser despendida na educação das crianças paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nestes últimos três dias, na sexta-feira, sábado e domingo, aqui na Assembleia Legislativa, reuniu-se parcela importante da sociedade civil, para discutir os seus problemas.

Dentro do ciclo de debates sobre a agricultura que o PMDB do Paraná ficou encarregado de realizar, depois de haver essa definição pelo seu Diretório Nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos fazer um registro nesta oportunidade. O Poder Legislativo viveu, na tarde de ontem, um de seus momentos de importância, e gostaríamos que ficasse aqui como um exemplo a ser seguido por todos nós, políticos, o ato de grandeza que foi cometido aqui, dentro do recinto da Assembleia Legislativa, na tarde de ontem.

E, o autor deste ato de grandeza, foi exatamente o nosso Presidente, João Mansur.

Para nós do PMDB, foi uma grande honra receber, não só o Presidente desta Assembleia Legislativa, no nosso ciclo, mas o democrata, o homem que defende a democracia, na prática.

João Mansur fez isso na tarde de ontem.

Era um evento de um dos partidos que está se organizando neste País.

O Presidente pertence a outro Partido, mas esteve aqui fazendo parte da Mesa Diretora, no encerramento dos trabalhos. Não perdeu sua identidade de político filiado ao PDS. Não.

Mas, deu, como já falei, um grande exemplo de democrata, aqui comparecendo, ficando durante bastante tempo numa convivência com participantes de um ciclo de debates, convivendo o nosso Presidente João Mansur, como homem, como político, como Presidente da Assembleia, como membro do PDS, mostrando que as idéias divergentes podem se encontrar no diálogo.

Este aqui, repito, crescendo no conceito de todos os paranaenses, trazendo seu abraço ao Presidente Nacional do PMDB.

Abriu esta Assembleia, para que Partidos realizassem aqui suas convenções; para que o meu Partido pudesse ouvir — como já falei — todas aquelas pessoas interessadas na solução dos problemas agrícolas do Brasil.

E esteve aqui, dando uma demonstração de que esse é o diálogo que todos devemos travar. Não como o nosso Presidente Ulysses Guimarães lembrava ainda na tarde de ontem, quando o Presidente Geisel nos chamou de inimigos. Somos todos brasileiros, e queremos a solução dos problemas deste País em benefício de toda sua população. Somos inimigos daqueles que são contra a democracia. Somos inimigos daqueles que fazem tudo para que os dias dos brasileiros sejam cada vez mais difíceis.

Em nome do PMDB do Paraná — e creio até por delegação do meu Presidente nacional, que ficou honrado com a presença de Vossa Excelência, Sr. Presidente João Mansur — quero dizer aqui da nossa satisfação, da honra enorme que tivemos, na tarde de ontem, recebendo na pessoa de Vossa Excelência, a visita de todos os democratas do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Mais uma vez os professores do Estado, são atingidos pela injustiça determinada pela incúria administrativa. Os aposentados já não conseguem sobreviver com os reduzidos salários desgastados pela correção abaixo dos índices reais da inflação.

São milhares de mestres que dedicaram suas vidas a uma atividade fundamental, e agora recebem em troca, deste Governo, a intranquilidade e a desesperança ao final de suas vidas, quando mereciam o justo descanso pela sua contribuição.

Não é necessário relembrar aqui o importante papel do professor. Todos sabemos, o Governo também o sabe. Mas, o Governo valoriza apenas aquilo que lhe diz respeito, enquanto impositor de uma política que privilegia o obscurantismo, a ignorância, a miséria. O professor é o oposto de tudo isso. E por isso talvez, seja tão mal retribuído.

Os professores que estão em atividade, viram sua carga de trabalho ampliada com as aulas extraordinárias que dão ao Estado as condições de reduzir o número de professores necessários ao atendimento escolar. Para não contratar, o Governo

estabeleceu a sobrecarga de trabalho.

E o pior, não dispõe a pagar esta sobrecarga. Desde janeiro os professores do Paraná não recebem pelas aulas extraordinárias. O Governo informa que elas começarão a ser pagas somente em agosto. Uma promessa na qual os professores já não acreditam e nem podem acreditar, tantas vezes foram iludidos pela palavra oficial.

Estas aulas extraordinárias, senhores, não representam apenas um pequeno acréscimo nos salários dos professores. Significam até um terço dos rendimentos da maioria dos mestres paranaenses.

Portanto, os professores do Paraná, estão com seus salários cortados em grande parcela, obrigando-os à ginástica brasileira da sobrevivência.

É um absurdo, senhores, que os professores sejam mais uma vez tratados desta maneira. Sobrecarregados de trabalho, porque ao Governo não interessa contratar. As aulas extraordinárias representam um ganho a mais que corrige seu salário reduzido. E não recebem.

O Governo, como sempre, afirma que não dispõe de recursos. Ora, senhores, essa justificativa não convence mais. Primeiro, porque ninguém consegue negar que qualquer Governo democrático, voltado para os interesses populares, coloca a educação entre suas prioridades, e canaliza os recursos antes de tudo para atender esta atividade.

Em segundo lugar, devemos destacar que o Governo dispõe de recursos, mas os vêm utilizando antes de tudo em projetos e planos que mais interessam à causa política eleitoral do Governo ou às imposições do Governo Central, que ao interesse do povo paranaense.

Recentemente, desta tribuna, o Deputado Deni Schwartz denunciou os empréstimos, via BADEP, à Itaipu. Uma obra que retira do Estado e pela qual o Paraná não tem ainda qualquer retribuição garantida. São recursos como estes que faltam para pagar os professores. São recursos como esses que vêm sendo aplicados indiscriminadamente pela Secretaria de Assistência aos Municípios que faltam no fim do mês nos salários dos mestres.

Os professores prometem voltar às ruas manifestando sua insatisfação.

Não venha o Governo e seus defensores justificar a incúria e atribuir aos mestres, incompreensão. O Governo é o único responsável pela situação em que se encontram os milhares de professores do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O salário do medo é a imaturidade no ser humano que faz com que ele só se sinta seguro e tranquilo sob a tutela de chefes que lhe ditam regras e normas inquestionáveis. A ausência do autoritarismo, com suas normas e regras rígidas, lhe causam angústia e medo. É o medo da liberdade que revela, por sua vez, sua incapacidade de criar ou autodeliberar regras e normas de conduta, seja individual ou social. Prefere submeter-se, incontestemente, às normas e princípios que lhe são ditados por forças superiores, ainda que as mesmas lhe limitem a liberdade.

A dominação de poucos sobre muitos passa a ser privilégio dos que temem a liberdade e entronizam a subserviência, a bajulação e a hipocrisia como virtude humana. A imaturidade de muitos faz com que a liberdade, cantada em verso pela boca do poeta, seja colocada em holocausto bem longe do alcance da maioria. A liberdade cantada pela boca do poeta é, muitas vezes, utilizada como palavra de ordem pelos homens aparen-

temente livres para exigir a submissão dos imaturos. Liberdade que existe para alguns poucos na progressão geométrica em que deixa de existir para muitos.

Os poucos ficaram com tudo para que os muitos ficassem sem nada. Ricos cada vez mais ricos, pobres cada vez mais pobres, eis o preço que a Nação paga pelo medo da liberdade.

No entanto, a própria natureza humana pressupõe a liberdade como medida máxima da maturação da espécie. O princípio de mando e obediência serão substituídos pela reciprocidade natural entre os seres da mesma espécie. Pois o estado natural do homem é a liberdade, dada a condição criativa de sua mente em autodeterminar normas de conduta individual e coletiva.

Quando o homem amadurece, a angústia e o medo da liberdade, que antes o mantinha submisso e dominado, desaparece e transfere-se ao dominador. Todo e qualquer chefe, ditador ou sistema autoritário teme a liberdade dos homens. E assim, dominados pelo medo da liberdade, procuram, através da repressão, da coação brutal, anular ou abafar o processo natural da maturação da humanidade. Podem até obter sucesso por um certo tempo, pois ao lado de tudo isto a melhor, ou talvez a pior qualidade do homem, é sua capacidade de acomodação. Sabe hibernar durante longos anos, sob as botinas de seus dominadores, esperando o momento oportuno para sua libertação, e na pior hipótese, para vingança.

Mas, de qualquer forma, não é o tempo, seja de longo ou curto período de submissão, que conseguirá borrar a marca da liberdade que não é senão a impressão digital incravada no homem pelas mãos de seu Criador.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos concluir que a imaturidade reina tanto no dominador como no que se deixa dominar. Em ambos, existe o medo à liberdade. Nos primeiros, predomina o sadismo e passa a temer o próprio processo de maturação do homem direcionado à liberdade; no segundo, o masoquismo e temem a responsabilidade que a liberdade traz. O comodismo serve apenas para adiar, com juros e correção monetária, a dívida a ser cobrada pela História, na evolução da humanidade.

Estas considerações ontogenéticas servem bem para avaliarmos o estágio da maturidade política do povo brasileiro. O conceito de liberdade burguesa, em vez de ser um indicativo da evolução psicogenética do ser humano, fica restrito ao princípio da livre iniciativa no campo capitalista, materialista-econômico.

Os que se consideram livres e defensores da liberdade, se inclinam diante do medo da liberdade quando a livre iniciativa dos muitos sem terra, dos muitos sem pão e trabalho, começam a exercer o direito democrático de se organizarem em sindicatos, onde se preparam para uma participação mais efetiva na vida política da Nação, através de agremiações diversas.

Assim foi nos idos de 1964, quando a idéia da Reforma Agrária começava a ganhar espaço, não só no campo, mas também nos palácios de governo. Os poucos com muito sentiram-se ameaçados em sua suposta liberdade, de ter muito. Generalizou-se então o medo à liberdade. A liberdade que nascia em cada manifestação popular, que brotava nas organizações populares das igrejas, dos sindicatos, dos grêmios estudantis, das associações camponesas, das primeiras cooperativas, etc.

Embora o estado natural do homem seja a liberdade e não a violência e a agressividade, ele se torna violento e agressivo quando se sente ameaçado. O medo é a ante-sala psicológica da agressividade e da violência. O alarme, falso ou verdadeiro, de inimigo à vista, pode destroçar em pânico o grupo humano ameaçado, como pode também fazer surgir alguém que polariza as forças comuns num bloco de defesa.

E assim, como o ditador alemão, Adolf Hitler, valeu-se

do perigo semita (judeu) para forjar uma unidade entre o povo alemão, assim os golpistas de 64 alarmaram o povo com o perigo comunista. Sempre em nome da liberdade, convocaram a Igreja para exorcisar o demônio comunista na Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. Colocaram o exército a conspirar contra sua própria tradição, usurpando o poder de um governo democraticamente constituído. E mais uma vez, prevaleceu o medo da liberdade. Primeiro era o medo do perigo comunista, depois o medo de ser considerado comunista e enquadrado nas esdrúxulas leis de Segurança Nacional.

Uma vez completado o golpe, dispensaram a liberdade, a Família, a Pátria, Deus e a Igreja, e se impuseram com o império do medo. A Igreja, que pacientemente esperava o retorno à democracia, viu os golpistas se alternarem no Poder, enquanto afogavam o povo no arrocho salarial. Voltou para junto de seus pobres, hoje mais pobres e em sinal de penitência sofreu o sacrifício de seus sacerdotes, submetidos à calúnia prisões, torturas e expulsões.

Nas Faixas de Fronteira, transformadas em Áreas de Segurança Nacional, imperava o medo da contestação aos mais pequeninos dos tiranos. Basta o "cagete" de um destes interventores para fazer a ficha-crime nos órgãos de repressão e afastar do seu caminho os contestadores. A palavra MDB não era falada; era cochichada de ouvido em ouvido. Em São Paulo, uma pesquisa revelou que 80 por cento da população entrevistada tinha medo de ser presa.

O terror se espalhava nos subterrâneos da ditadura, onde, de tortura em tortura, se cultivava o gosto necrófilo pela delinquência e o crime. Nas sombras dos déspotas, que se alternavam no poder, brotava impune a corrupção, o tráfico de influências e o abuso de poder. Os fracos de espírito criaram o gosto pela humilhação e se submetiam às pressões criadas em busca de privilégios. No entanto, se transformaram em farra-
pos humanos, acomodaticios, e já não encontram mais moral para a resistência, sendo jogados como uma ventoinha ao sabor dos ventos em todas as contraditórias direções.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o SALÁRIO DO MEDO é a resistência cívica ou a submissão. Do medo e da coação física e moral, nascem os covardes, mas também nascem os heróis.

Os temperamentos mais fracos entregam-se, cedem às pressões, encaramujando-se, adotam a hipocrisia como arma de defesa. Os de temperamentos fortes, armam-se de resistência cívica.

O tempo da submissão chegou ao seu limite máximo do suportável. De nada mais adianta espernear contra o pouco de abertura já conquistada. Eis o exemplo de Somoza ou do Xá do Irã. Quando um povo amadurece e perde o medo da liberdade, ninguém pode impedi-lo. Quanto menos sangue exigirem, mais fácil será o perdão e o esquecimento. Quanto mais sangue, tanto maior será a dívida que há de pagar a Nação.

Os que se criaram sob o império do medo, sabem disso. E por isto, estão tomados pelo medo. Medo da liberdade, medo do povo, medo do voto que já é demonstração do medo do julgamento.

"Quem não deve, não teme", diz o adágio popular. Mas eles devem, portanto temem. Procuram esconder o medo que têm, tentando fazer medo. Quanto mais medo fazem, mais medo precisam ter.

Quero crer que dezessete anos foram suficientes para provar mais uma vez, ao lado de tantas testemunhas históricas, que metralhadoras, canhões e bombas, em vez de aniquilar idéias, as tornam mais resistentes. E o povo está perdendo o medo. Bastaria citar os episódios dos movimentos populares no Paraná: Justiça e Educação, Justiça e Trabalho dos suinocultores, Movimento Justiça e Terra dos indenizados de Itaipu. Em Foz do Iguaçu, o Coronel Lebrac ameaça jornalista, e recentemente aqui em Curitiba, uma ameaça telefônica feita

pelo Coronel Camargo à esposa do empresário paranaense Arno Glitz, Dona Ruth, no dia 19 de maio, por volta das 11:15 horas, são sinal de que o medo já não segura mais o povo organizado.

Referente à ameaça telefônica feita à esposa do empresário, expoliado pela multinacional NEVA, Sr. Arno Glitz, queremos destacar que o Coronel, adentrando a intimidade familiar, pretendeu usar Dona Ruth e seu filho mais velho, para desestimular o Sr. Arno em sua luta pela averiguação da verdade e obtenção do que lhe pertence, por direito.

Torna-se imperioso lembrar que enquanto a multinacional NEVA que durante a ditadura pintou e bordou em cima de empresas nacionais, está demandando com o CADE um Mandado de Segurança, por ter sido comprovadamente multada por abuso de poder econômico, o Coronel Camargo quer comprar o silêncio do proprietário da firma lesada, Sr. Arno Glitz, com ameaças.

E notem bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ameaça foi feita à esposa do proprietário, adentrando no círculo familiar, chantageando com perguntas pelo nome dos filhos. E pensar que esta novela começou naquela famosa Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. Ficaram com a liberdade cativa, venderam a Pátria, mas Deus não se deixa encarcerar.

É hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nos debruçarmos sobre a história e repensarmos não só o Paraná, mas também nossos conceitos de liberdade.

Em toda parte surgem lideranças novas convocando o povo ao combate à inflação, ao aumento de tarifas, à corrupção, ao arbítrio, à exploração, à entrega da Amazônia, à carestia, ao salário da fome, à concentração da propriedade rural, ao ensino pago, etc.

Nós, os políticos, ficamos até meio estonteados, tentamos fazer valer nosso velho instrumento parlamentar, carcomidos pelos longos anos de tirania do executivo, reativando Comissões Parlamentares, a reboque os movimentos à medida que vão emergindo da resistência popular, remendando leis eleitorais e criando novos partidos, à mercê da ditadura, conseguindo apenas a zombaria complacente das massas sublevadas.

Nenhum desses movimentos de sublevação no Paraná surgiu a partir de um partido, mas nasceram impulsionados pela Igreja e agremiações diversas que são as novas formas de resistência. O político, quando muito, foi ironizado com aplausos quando não vaiado abertamente.

Pois o que haveria de esperar de um político que vai lá e que por amor à verdade tem que confessar publicamente de que o Poder onde ele representa o povo não tem poder de decisão.

Nossa submissão ou crítica às decisões que emanam da tecnocracia do executivo não significa nada diante do caráter de resistência dos movimentos populares. Se não nos adaptarmos à cadeia de resistência cívica já desencadeada a nível nacional, também haveremos de pagar o Salário do Medo.

E neste instante, quando ainda ontem terminava aqui nesta Casa um ciclo de debates do nosso Partido, o PMDB, podemos dizer que o PMDB já está a caminho da reciclagem necessária para poder, ao lado das organizações e agremiações populares, formas em que o povo está encontrando para oferecer resistência à ditadura, podermos, também nós, oferecer resistência, não de palavras, mas de ação concreta.

É o exercício da democracia que ontem se operava aqui nesta Casa.

Aos que têm medo à liberdade, também têm medo de ouvir o povo. Mas, o PMDB, ontem ainda, demonstrou que não temos medo da liberdade, porque não temos medo do povo, medo do voto, nem medo de ouvir esse mesmo povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) No horário reservado

ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por incumbência do Diretório Regional do PMDB, venho a esta tribuna para registrar o ocorrido nos últimos três dias, nesta Assembléia, durante o I Ciclo de Debates sobre a Agricultura.

O Deputado Gernote Kirinus, que me precedeu nesta tribuna, deixou, no final de sua oração, como que um quadro da falência dos partidos, quando se referindo aos diversos movimentos populares que têm eclodido em nosso Estado, disse — e o disse muito muito bem — que em nenhum desses movimentos, ou atrás deles, o partido político esteve presente.

Realmente, talvez já sabedor e conhecedor da impotência dos representantes do povo nas Assembléias, no Congresso Nacional, cada vez mais os movimentos populares tomam, em suas próprias mãos, as bandeiras reivindicatórias.

E, Srs. Deputados, isto é um dado muito sério e muito grave, porque a História da Humanidade está cheia de exemplos, onde o poder político entra em falência, a consequência imediata é a revolução. Sempre a revolução ceifando vidas, mudando tudo, pela via que nenhum de nós deseja, pela via violenta.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa tentativa de até entender o fenômeno que vem ocorrendo neste País, quisemos nós, do PMDB, repito, numa tentativa de entender esse fenômeno que as classes populares se distanciam cada vez mais de seus representantes, ouvir essas mesmas classes, pois temos visto, nas tribunas desta Casa ou no Congresso Nacional, Deputados independentemente de Partidos, a verberarem por exemplo, sobre a política agrícola de nosso País.

Temos ouvido em simpósios, conferências, o técnico verberar contra o político ou contra a impotência do político.

Temos ouvido nos sindicatos e em todas as reuniões de sindicatos, ou de cooperativas, a crítica ao técnico e ao político.

Temos ouvido o político criticar, ora o sindicato, ora a cooperativa, ora o técnico.

Portanto, Srs. Deputados, a nossa tentativa, e ela não é uma tentativa de exclusividade do PMDB, e num parêntesis quero, reafirmando as palavras do Presidente Waldyr Pugliesi que prestou justa homenagem ao Deputado João Mansur, dizer que, aqui também tivemos o prazer de ouvir e de estarmos juntos, com o Deputado Lázaro Dumont, com um Vereador de Salto do Lontra, do PDS, Sr. José Vieira, que não perdeu sua identidade de partido pelo fato de aqui estar, com o professor Cleto Tamanini, do PDT, ou com o Dr. Edésio Passos, do PT, que comparecendo a esse nosso ciclo de debates também nos animaram a dizer que realmente, o momento é dos políticos ouvirem técnicos, trabalhadores, para conjugarmos essas três entidades, o técnico, o trabalhador e o político, fizemos uma tentativa que, com toda sinceridade, não sabíamos no dia que antecedeu, nas horas que antecederam o Ciclo de Debates, se teria validade ou não. Misturar afinal técnico, político e trabalhador rural, parecia uma tarefa até um tanto inglória, de tal maneira que elaboramos um programa em que pudéssemos ouvir políticos ligados à agricultura, pudéssemos ouvir o técnico ligado à agricultura e também pudéssemos ouvir o representante sindical, o representante de cooperativas.

Assim é que, se pela manhã ouvimos Deputados como Nivaldo Krüger, Marcos Cunha e Leite Chaves, todos pertencentes à Comissão da Agricultura, quer da Câmara Federal, quer do Senado, homens ligados ao Partido, homens que transmitiam o pensamento do Partido, logo a seguir, nas comissões que se formaram, três cada dia, em diversos temas, num total de nove temas, se discutiram entre representantes de sindicatos,

de cooperativas e de técnicos, sempre com o objetivo de que o político mais ouvisse que falasse, e pela tarde, trazendo palestras de todo o País, de renome, diretamente ligados à agricultura, e posteriormente jogando as opiniões das comissões com a opinião dos conferencistas, para que pudéssemos com isto, analisar de fato alguma coisa sobre agricultura.

E, para que fique nos Anais desta Casa, me permitam dizer que trouxemos para o debate aqui neste plenário, o problema, por exemplo, da estrutura agrária deste País, trazendo com o conferencista, Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva, um dos homens que ajudou elaborar, nos idos de 1964, o Estatuto do Trabalhador Rural, o Estatuto da Terra, promulgado naquele ano pelo Presidente Castelo Branco.

Trouxemos aqui o Presidente em exercício, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, Agostinho Bukowski.

Trouxemos aqui o Engenheiro Agrônomo Marco Antônio Castanheira, homem do Paraná e que conhece bem o problema dos recursos naturais e do meio ambiente, e que trouxe a esta Casa, a este plenário, a situação difícil de uma grande parte do nosso Estado, o Noroeste paranaense, com o problema da erosão.

Aqui esteve também o Engenheiro Agrônomo Adilson Dias Paschoal, Professor da Escola Superior da Agricultura, Luiz Queiroz, da Universidade de São Paulo, que falou sobre o problema da tecnologia que vem sendo empregada na chamada "agricultura moderna".

Aqui esteve o Professor Internacional, inclusive da Universidade do Uruguai, de Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Engenheiro Agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado, que discorreu e tenho o testemunho das taquígrafas que, diligentemente e com paciência, por três dias nos acompanharam.

Lembro de uma das expressões das taquígrafas: "Realmente, se tornou difícil viver, tal a demonstração que o Professor Luiz Carlos Pinheiro Machado mostrou, que hoje o homem brasileiro está a consumir. Tal a quantidade de veneno que o homem brasileiro está diariamente a consumir".

Trouxemos aqui também, Srs. Deputados, o Economista José Ricardo Junqueira, também da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo. José Ricardo Junqueira discorreu sobre o problema das multinacionais, no seu relacionamento com a agricultura brasileira.

Esteve aqui o Engenheiro Agrônomo Paulo César Furiatti, que é Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, e que falou sobre o problema da instrumentalização da política agrária e, finalmente, o Engenheiro Agrônomo Walter Lazarine Filho, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, que de São Paulo nos trouxe os ensinamentos sobre os problemas da administração dos fatores de produção.

Durante esses três dias, Srs. Deputados, foi fácil concluir que, de fato, há uma coincidência muito grande entre três classes que nos pareciam completamente divorciadas: o trabalhador rural, o político e o técnico.

Pudemos ver, o patriotismo, por exemplo, dos técnicos jovens, nós que estamos acostumados a ouvir apenas críticas aos jovens. E tivemos oportunidade de ver que esses técnicos, quase todos jovens, estão possuídos de um amor à Pátria e ao povo brasileiro, que muitas vezes a gente inclusive desconhece.

Tivemos a oportunidade de ouvir, de pessoas simples, líderes sindicais, agricultores mesmo, manifestações que surpreenderam, numa demonstração que este País é viável, numa demonstração que o diálogo trará luz, para acharmos o caminho, o caminho brasileiro.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Deni Schwartz, lamentei profundamente não ter podido comparecer ao ciclo de

debates promovido pelo seu Partido, e até justifiquei essa minha ausência em cartão que enviei ao Presidente Waldyr Pugliesi, agradecendo o honroso convite que me fez e justificando minha ausência por uma viagem a Maringá nesses dias feriados, e que se prolongou até a data de ontem.

Mas, quero cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, e em especial ao seu Partido, pela iniciativa que teve deste Ciclo de Debates sobre Agricultura, o qual, repito, lamentei não ter comparecido.

E quero dizer a Vossa Excelência que acho que também represento aqui até minha própria Bancada, ao aplaudir o PMDB do Paraná, com esta promoção de alto nível que fez tendo em vista e, corroborando Vossa Excelência dessa tribuna, agora, com os nomes de gabarito paranaense e nacional que aqui estiveram falando sobre as diversas teses, sobre o temário dos debates e que vieram, realmente, trazer uma nova luz a essa trilogia que Vossa Excelência se referiu entre o trabalhador rural, o técnico e o político.

Cumprimento a Vossa Excelência e seu Partido, aceitem os votos de parabéns, que realmente possamos, através de exemplos dessa natureza, como o comparecimento do nosso Presidente, Deputado João Mansur, que aqui veio prestigiar este ciclo de debates.

Possamos nós, Deputado Deni Schwartz, através de uma convivência e através de um diálogo que Vossa Excelência falou, através de todas as forças vivas da comunidade brasileira, possamos alcançar e encontrar as saídas e os caminhos que este País tanto necessita para seu futuro, para que não possamos, amanhã, ser julgados pelos nossos descendentes como homens omissos que não tentaram, todas as fórmulas para achar uma saída que venha dar às novas gerações, uma vida melhor.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que falta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quero agradecer o aparte do Deputado Gabriel Sampaio, sua solidariedade e sua manifestação que demonstra que, através do diálogo não só entre a classe política, mas também através do diálogo com as diversas classes, tornaremos este País uma grande potência. Não militar, não econômica, não política, no sentido internacional, mas numa grande potência por ter um novo potente.

Este País é realmente viável.

Peço desculpas aos Deputados que me solicitaram o aparte, mas, para atender a Mesa, encerro neste momento dizendo que pudemos sentir nestes três dias, que realmente o Brasil é viável. Mas que principalmente o Estado do Paraná, este hoje tão falado novo Paraná pelas representações que aqui estiveram, será indiscutivelmente o grande Estado desta Nação. Porque, conforme algum conferencista falou, sem o automóvel nós vivemos, sem muita coisa vivemos, mas sem comer ninguém vive.

E o Paraná, indiscutivelmente, será como já o é, o celeiro desta Pátria e o será também, poderá se transformar no grande celeiro de todo este mundo, tão conturbado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Havendo a Liderança do PTB declinado, consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Farei uso do horário.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para abordar, mais uma vez, o impasse em que vive a cafeicultura nacional, que está a um passo de entrar em colapso total, dependendo apenas de uma decisão a ser tomada pelo Conselho Monetário Nacional, que deverá se reunir depois de amanhã, em Brasília.

Embora a decisão ainda não tenha sido tomada, já se sabe por declaração do Ministro da Indústria e Comércio, Sr. Camilo Pena e de outras autoridades federais, que dificilmente o Governo vai atender ao justo reclamo do cafeicultor.

Os 13 mil cruzeiros reivindicados pelo agricultor como preço mínimo para o produto, e diga-se de passagem, estabelecido de uma planilha de custos de produção, dando apenas uma pequena margem de remuneração condizente com o trabalho da lavoura cafeeira e também quero me referir a respeito daqueles Deputados que compareceram este último fim de semana ao Norte, Noroeste do Paraná, e verificaram “in loco” os efeitos causados pelas geadas dos últimos dias e que o burocrata, o tecnocrata nato, jamais vislumbra sequer que, além dos riscos naturais que corre o agricultor, de modo geral e o cafeicultor, no caso em especial, existe o risco da geada.

Existem lavouras no Norte do Paraná, hoje, que já estão seriamente comprometidas para as próximas safras. São lavouras que levarão dois, três ou quatro anos, para se recuperarem, para voltarem a uma safra, voltarem a uma carga nas suas árvores, mais ou menos equivalente a um custo de produção a uma venda do produto final, que possa compensar, em parte, o sacrifício dispendido.

São a última esperança para aqueles que ainda se dedicam a esta cultura em nosso País. Todos devem estar lembrados que o Paraná já foi o maior produtor de café do País, e hoje ocupa uma modesta posição na relação dos produtores.

Pois bem. Não atendida a reivindicação do cafeicultor, esta cultura estará fadada a desaparecer por completo. Sabemos que, em algumas regiões do Norte do Estado, as culturas de café estão sendo pouco a pouco substituídas até por capim, como todos puderam observar por recente reportagem levada ao ar pela Rede Globo de Televisão.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Ocupamos hoje esta tribuna para pedir o apoio de todos os nobres Colegas desta Casa a um requerimento de nossa autoria, submetido à Mesa, na sessão desta tarde.

Neste requerimento, estamos pedindo a aprovação de um VOTO DE REPÚDIO ao Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, por sua postura contrária a todos os interesses da cafeicultura nacional. O titular deste Ministério desconhece, por completo, os problemas que os produtores enfrentam, e acreditamos até que nunca visitou uma plantação de café.

A reivindicação de toda a classe produtora vem sendo tratada com desprezo por Camilo Pena, que se nega a dar explicações convincentes a respeito da impossibilidade de atendimento ao cafeicultor.

O Ministro prefere ir a uma emissora de TV e dizer simplesmente que o preço de 13 mil cruzeiros não vai ser atendido.

Por outro lado, noutro requerimento apresentado por nós a esta Casa, e dirigido ao Presidente João Baptista Figueiredo, estamos solicitando que a política de preços para o setor cafeeiro seja desvinculada do Ministério da Indústria e Comércio. O café é um dos principais produtos oriundos da agricultura e não vemos porque a sua vinculação ao Ministério da Indústria e Comércio, que já demonstrou, como argumentamos anteriormente, total incapacidade e desconhecimento de causa para tratar do assunto.

Senhores Deputados!

Ainda neste final de semana pudemos percorrer a região Norte do Estado e conhecer de perto os prejuízos que as geadas levaram à lavoura cafeeira. Milhares de pés de café foram atingidos pelo fenômeno por uma ou mais vezes. Embora não saibamos do montante total dos prejuízos, por informações que nos chegaram ainda esta manhã, sabemos que muitos cafeicultores perderam parcela expressiva de suas lavouras. Como os nobres companheiros sabem, após a geada, o cafezal só volta a produzir em três ou quatro anos.

Será que nem mesmo as geadas vão sensibilizar os integrantes do Conselho Monetário Nacional, que se reúnem na próxima quarta-feira para fixar o preço mínimo para o café? Ou será que os tecnocratas como o Ministro Camilo Pena desconhecem os efeitos de uma geada?

Nobres companheiros, está muito próxima a decisão a respeito da cafeicultura nacional. Sabemos que, se os agricultores não alcançarem o seu intento, será desencadeada uma marcha a Brasília, com o objetivo de arrancar das autoridades o preço mínimo de 13 mil cruzeiros por saca. Ao mesmo tempo, toda a comercialização de café do País vai ser efetuada através de um movimento que teve início em Cianorte e que vai se expandir por todos os Estados produtores de café.

São medidas radicais que passarão a ser adotadas pelos cafeicultores contra a incapacidade de homens como Camilo Pena!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, nós estamos vendo Vossa Excelência tocando num dos pontos primordiais da economia paranaense. Vemos na juventude de Vossa Excelência, vemos na experiência de Vossa Excelência, vemos no dinamismo do homem que representa uma região essencialmente agrícola, que tem, apesar de outras culturas, o café como uma mola real de sua economia.

Vemos Vossa Excelência corajosamente a desafiar os homens que estão no Governo, nos Ministérios, mas que não têm aquela consonância, que não tem aquela necessária orientação, aquela necessária necessidade política, econômica, para sentir o que Vossa Excelência está aí a dizer, o que Vossa Excelência junto com a maioria de nossa bancada, que estamos a sentir os grilhões dos algozes, estamos necessitando, Deputado Gabriel Sampaio, de dizer um basta para os tecnocratas; e de darmos ouvidos a pronunciamentos como este que Vossa Excelência faz neste momento, nem que com isto custe a nossa própria reeleição. E Vossa Excelência vem à tribuna, para dizer ao Governo que os seus Ministros estão errados; e queira Vossa Excelência aceitar a nossa solidariedade. Queira o eminente e jovem combativo Deputado de Maringá e da região, para que os Ministros, para que os Srs. Ministros orientados, pelo Ministro Delfim Neto, que enfeixa, sob o seu poder, sob a sua tutela, todo o resto do Ministério brasileiro. Que nós não somos uma plêiade de homens sem alma; que nós sabemos sentir, que nós sabemos, Deputado Gabriel Sampaio, sentir e saber dos sofrimentos, saber de quanto custa, para a lavoura e para a agricultura e para a cafeicultura paranaense, este sofrimento de madrastra, conforme nós temos nos Srs. Ministros do atual Governo. Porque não é só a Oposição que está enxergando que estamos sendo dilapidados; que o Paraná, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Paraná, brasileiros de nossa terra, estão sendo marginalizados com a verdadeira madrastra, com os verdadeiros homens que não querem outra coisa a não ser deixar o País rico e o povo pobre.

Meus parabéns e isso que sirva de alerta para os nossos companheiros de nossa bancada, Deputado Gabriel Sampaio. Leve isto para que possamos, unidos, transmitir o pensamento da Bancada do PDS, em benefício da cafeicultura paranaense, que é a mola real da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Gabriel Manoel, eu agradeço a interferência de Vossa Excelência, e tenho a impressão que Vossa Excelência, como eu, se revolta, no momento em que um homem do gabarito do Dr. Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, chega à frente de uma Câmara de televisão, e quando é indagado sobre o problema do preço mínimo do café, em lugar de poder argumentar, como homem do Governo que é, dizendo, por exemplo, que ele lamenta profundamente, que o País, talvez não tenha as condições necessárias para dar realmente o que o produtor merece, e mas o que o Governo vai procurar dar o máximo que puder, que o Governo enxerga na cafeicultura, o setor agrícola que dá quase 3 bilhões de dólares na balança comercial brasileira, ele simplesmente, como dono da verdade, como homem que sabe de tudo e não entende de nada, na realidade, porque não entende de café, não sabe, Deputado, do Norte Pioneiro do Estado, o quanto é difícil ao pequeno lavrador de café, que enfrentou a geada, agora, nestes dias. Sabe que vai ter que cortar este café, vai ter que botar mais adubo, que isso custa dinheiro, que vai ter que capinar o café, senão o mato invade e ele não produz mais nada.

Ele não sabe de nada!

Ele está lá em Nova Iorque, dando declarações sobre o café do Brasil. E, em lugar de dar uma declaração sensata, ele, simplesmente nega, peremptoriamente que vá conceder ao cafeicultor o que está pedindo, como se o cafeicultor brasileiro estivesse pedindo favor ao Governo.

É esse aspecto que nos irrita e nos aborrece profundamente, Deputado Gabriel Manoel.

Concedo aparte, inicialmente, ao Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado Gabriel Manoel, quero, inicialmente, louvar a sua iniciativa no requerimento que nós não temos dúvida, contará com o apoio unânime desta Assembléia Legislativa.

Esta Assembléia Legislativa, recentemente, aprovou vários expedientes nesse sentido, entre eles alguns até sugerindo ao Governo, a extinção do IBC.

Este Instituto que tem sido altamente negativo para a cafeicultura brasileira, tem sido maléfico para este produto, este Instituto que, desde a sua criação, não contribuiu absolutamente, nem com a produção, nem com a comercialização desse produto, como bem evidenciou Vossa Excelência que tem sido o grande contribuidor para divisas da nossa Nação; este instituto que, desde a sua criação, em 52, quando o Brasil obtinha, no mercado internacional, quase 60%, desde a sua criação, ele foi contribuindo para a perda da posição que o Brasil detinha, lá fora, e que hoje nem as autoridades sabem com quanto o Brasil está participando, se é com 10% ou com 14%, no mercado lá fora.

E com relação à cafeicultura, nobre Deputado, ele não está nada diferente dos outros produtos agrícolas. Se pudéssemos, através deste Parlamento, tomar uma atitude mais drástica, uma decisão agressiva, até violenta, quem sabe, poderia chegar aos ouvidos das autoridades, porque, elas não estão, nem de leve, preocupadas com a sociedade agrícola, com a área da produção, nem com o café, nem com a pecuária, nem com o trigo, nem com o feijão, nem com a soja, nem com o arroz. Eles, simplesmente, importam esses produtos, para um País que não é outra coisa a não ser agrícola.

O Brasil importa arroz, trigo, milho, feijão. E está, exatamente fazendo quatro anos que se desenvolveu a maior campanha nacional para o cultivo do café. O café que está sendo colhido, hoje, o café que está sendo colhido nesta safra, da qual Vossa Excelência está dizendo que o Sr. Ministro da Indústria e Comércio não tomou o menor conhecimento, foi exatamente o Ministério da Indústria e Comércio, através do IBC, que estimulou a cultura desse produto, nas regiões de Minas, da Bahia, e aqui do Paraná. Aqueles financiamentos estão vencendo agora.

E, desgraçadamente, o cafeicultor está sem poder colher. Porque, hoje, uma saca de café, de 80 litros em coco, para colher, está custando 200 cruzeiros. O que corresponde a 700 cruzeiros ele beneficiado. O cafeicultor não tem recursos para colher esse produto. E é um produto sujeito a toda ordem de sacrifícios, de dificuldades, inclusive, de mão-de-obra. E o custeio que está vencendo agora, nobre Deputado, o Banco do Brasil já está comunicando ao cafeicultor que é improrrogável com esse juro que está aí, que todos sabem que é de quarenta e cinco por cento.

Então, o cafeicultor que conseguiu, através de um esforço extraordinário, a prorrogação do custeio de 73, 74 e até hoje, vai sabe Deus, fazer o quê. Talvez até entregar sua propriedade, vendê-la, ou pedir ao Banco do Brasil para administrá-la. Porque ele não vai conseguir pagar o empréstimo, com o preço que vem aí, que é de 9 mil e 200 cruzeiros. E isso já está definido. O Conselho Monetário vai referendar, porque não vai nem participar, vai referendar apenas 9 mil e 200 cruzeiros.

E vem aí, nobre Deputado, o ônus, ICM, tributação, taxas, Fundo Rural etc., o que o cafeicultor vai receber é coisa de 6 mil e 800, 6 mil e 700 cruzeiros. Ele não vai sequer poder pagar o custeio.

Quero manifestar minha solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência e ao requerimento, mas devo dizer que, infelizmente, este Parlamento não recebe, sequer, a comunicação do recebimento do seu expediente. Porque, no passado, esta Assembléia aprovou expedientes nesse sentido, e nem a comunicação de seu recebimento nos foi feita, nem do IBC, nem do Ministério da Indústria e Comércio.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço, Deputado Pinto Dias, o aparte de Vossa Excelência que sabe, tanto quanto eu, que é de certa forma inócua a nossa presença nesta tribuna, a discussão do assunto, o pedido de envio de telex, requerimentos, expedientes de toda ordem. Mas, infelizmente, é o que nos resta.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Mas, lamentamos profundamente. O Conselho Nacional do Café está reunido em São Paulo, em caráter permanente, está se ameaçando uma marcha a Brasília, com mais de 20 mil produtores. No último dia 10, estiveram 5 mil e 200 produtores de café. Realmente, acho que é lamentável, sob todos os aspectos, que o Governo faça ouvidos de mercador para um assunto dessa importância que, realmente está a colocar em xeque uma das culturas mais tradicionais e mais importantes desse nosso chamado País agrícola.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro Ophir Ruy Woitowicz. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Creche Mundinho da Criança Tia Nair”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar imóveis que especifica, ao Município de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 01/81, (Mens. Govern. n.º 01/81), que aprova os Termos Aditivos entre o Governo do Estado e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos respectivos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 11/81, (Mens. Govern. n.º 09/81), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Guairaçá e Xambê, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos municípios citados. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 18/81, (Mens. Govern. n.º 19/81), que aprova o Convênio FNDU n.º 81/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através de órgãos que especifica e o Município de Guaíra, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 22/81, (Mens. Govern. n.º 23/81), que aprova Convênio FNDU n.º 89/80, celebrado entre o Ministério do Interior, o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a execução de projetos, obras e serviços mencionados. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/80, de autoria do Deputado RENATO LOURES BUENO, que denomina “Deputado Domício Scaramella”, o Gabinete da 2.^a Secretaria, da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica o Gabinete da 2.^a Secretaria, da Comissão Executiva, denominado “Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1980.

a) RENATO LOURES BUENO

JUSTIFICATIVA:

Vereador em União da Vitória pelo P.T.B., de 1946 a 1951, neste mandato exerceu a Presidência da Câmara Municipal; de 1951 a 1954 foi Prefeito Municipal de União da Vitória, eleito pelo P.T.B.; de 1954 a 1958 foi Deputado Estadual do P.T.B., neste mandato ocupou os cargos de 2.º Secretário (1955/1956) e 4.º Secretário (1957/1958) da Assembléia Legislativa; reeleito Deputado no período de 1959 a 1963 pelo mesmo partido P.T.B. De dezembro de 1963 a

janeiro de 1969 foi novamente Prefeito de União da Vitória, eleito pelo P.T.B. De 1970 a 1974 foi Deputado Estadual eleito pelo M.D.B., quando ocupou a 3.ª Secretaria. Em 1974 foi reeleito Deputado Estadual com 20.725 votos, tendo como principal base eleitoral a região de União da Vitória. De 1972 a 1976, acumulou o cargo de Vice-Prefeito de União da Vitória, também pelo M.D.B. Em 1946 fundou e presidiu o P.T.B. de União da Vitória, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ocupou no Diretório Regional do Paraná os cargos de Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente. Presidente do Diretório do M.D.B. de União da Vitória. No Diretório Regional do M.D.B. do Paraná, ocupou os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro e Líder na Assembléia. Membro da Associação Brasileira dos Municípios de 1952/1954; Presidente da Associação Paranaense dos Municípios (1966), Secretário Geral da mesma Associação, (1967), Presidente da Comissão Paroquial da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória durante 21 anos; fundador e Presidente do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida de União da Vitória; Presidente do Orfanato Imaculado Coração de Maria de União da Vitória; fundador e membro de Diretoria do Asilo São Vicente de Paula de União da Vitória; Presidente da Associação Comercial e Presidente do Aéreo Clube da mesma Cidade; Presidente do Avahy Sporte Clube e Presidente do Conselho Diretor e do Conselho Deliberativo do FERROVIÁRIO ESPORTE CLUBE de União da Vitória. Reeito Deputado Estadual em 1978, pelo extinto MDB, com advento da reforma partidária, voltou às suas origens trabalhistas, ingressando no bloco trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro, na Assembléia Legislativa do Estado, ocupando ainda no Legislativo Paranaense o cargo de 2.º Secretário, até seu desaparecimento em 14 de outubro de 1980, quando faleceu DOMÍCIO SCARAMELLA, Cidadão Honorário de União da Vitória.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 59/80

I – O ilustre Deputado Renato Loures Bueno, subscritor do presente projeto de resolução, visa denominar de “Deputado Domício Scaramella”, o Gabinete da 2.ª Secretaria da Comissão Executiva.

II – Oportuna a iniciativa apresentada, não somente pelos méritos pessoais do homenageado, como também pelos relevantes serviços que o mesmo prestou ao nosso Estado.

III – A proposição está devidamente justificada, o que nos convence de sua oportunidade. Não havendo óbice de ordem legal ou constitucional, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente

FIDELCINO TOLENTINO – Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Caetano Pinto, ocorrido na cidade de Chopinzinho. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Milton Tavares, Comandante do II Exército. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Antônio Malucelli, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Malucelli, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do industrial Senhor Arrigo Pavia, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Laura Prata Barbosa, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo, a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à ITAIPU BINACIONAL, FURNAS, CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e ELETROBRÁS. – **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO – (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO – (Pela ordem) Antes de Vossa Excelência proceder a verificação de votação, solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 16 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 203/79, 27/81 e 31/81 e de Resolução n.ºs 20/81, 21/81, 22/81 e 23/81.

2.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 59/80.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 19/80, 80/80, 20/81, 35/81, 39/81, 40/81, 45/81, 47/81 e 49/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 249/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4664, de 08 de junho de 1981, deste Poder,

R E S O L V E :

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III e § 3.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, matrícula n.º 143, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento (20%) sobre o Símbolo DAS-3, atribuído ao cargo de Tesoureiro Geral (Resolução n.º 53/80), acrescido de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com os

Artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com a Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/06/81.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 495/81

conceder ao funcionário LUCIANO ANTÔNIO BITENCOURT, matrícula n.º 519, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 13 de abril de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%). (Protoc. 4189/81)

PORTARIA N.º 496/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula n.º 399, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 22 de dezembro de 1975 e 22 de outubro de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao 3.º quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 4196/81)

PORTARIA N.º 497/81

conceder em favor de ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA, matrícula n.º 143, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 11 de junho de 1981, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), antecipado em razão das férias de 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 4664/81)

PORTARIA N.º 498/81

lotar, no Gabinete da Consultoria Legislativa, o funcionário ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS, matrícula n.º 475, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 4814/81)

PORTARIA N.º 499/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 4315/81)

PORTARIA N.º 500/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, matrícula n.º 393, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 10 de maio de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os

efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), antecipado em razão da contagem das férias de 1979 e 1980 (supra) em dobro.

(Protoc. 3878/81)

PORTARIA N.º 501/81

designar os funcionários DURVAL DAROS, ELÓI MEZZADRI e PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, para, sob a presidência do primeiro, proceber a abertura de sindicância, a fim de apurar responsabilidade do setor de segurança, com relação ao assunto protocolado sob o n.º 4980, de 15 de junho de 1981.

(Protoc. 4980/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/06/81.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA N.º 503/81

revogar a Portaria n.º 498/81, de 16 de junho de 1981, que lotou no Gabinete da Consultoria Legislativa, o funcionário ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS, matrícula n.º 475, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 4814/81)

PORTARIA N.º 504/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 332/80, ao funcionário ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula n.º 055, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 1581/81)

PORTARIA N.º 505/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula n.º 024, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 4721/81)

PORTARIA N.º 506/81

transferir para o período de 15 de dezembro de 1981 a 14 de janeiro de 1982, as férias concedidas pela Portaria n.º 059/81, ao funcionário DIRCEU DA SILVA, contratado deste Poder.

(Protoc. 4951/81)

PORTARIA N.º 507/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 4738/81)

PORTARIA N.º 508/81

designar o funcionário AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n.º 413, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar a Comissão de Orçamento.

(Protoc. 4482/81)

PORTARIA N.º 509/81

designar os funcionários GERSON NEMES, JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ e JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão, a fim de apurar os Riscos de Vida e Saúde, da funcionária HILDA MATHIES BLANC.

(Protoc. 4025/81)

PORTARIA N.º 510/81

designar os funcionários GERSON NEMES, JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ e JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão, a fim de apurar os Riscos de Vida e Saúde, do funcionário Edgar Santos Buquera.

(Protoc. 3604/81)

PORTARIA N.º 511/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário ACIR VILATORE, matrícula n.º 364, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 4959/81)

PORTARIA N.º 512/81

antecipar para o período de 1.º a 30 de julho de 1981, as férias concedidas pela Portaria n.º 059/81, à funcionária DENISE VIEIRA, contratada deste Poder.

(Protoc. 4807/81)

PORTARIA N.º 513/81

antecipar para o período de 1.º a 30 de agosto de 1981, as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, à funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n.º 064, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 4775/81)

PORTARIA N.º 514/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. 2179/81)

PORTARIA N.º 515/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 398/79, ao funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 542/81)

PORTARIA N.º 516/81

mandar contar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula n.º 355, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 1460/81)

PORTARIA N.º 517/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 3298/81)

PORTARIA N.º 518/81

I — transferir para época oportuna as férias con-

cedidas pelas Portarias n.ºs 03/74 e 637/76, ao funcionário LUIZ CARLOS CARON GROSSI, matrícula n.º 464, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, e Art. 1.º da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias de 1974, 1976, 1977 e 1978, que deixou de gozar.

(Protoc. 13163/79)

PORTARIA N.º 519/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 175/75, ao funcionário GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1975, que deixou de gozar.

(Protoc. 9456/77)

PORTARIA N.º 520/81

lotar no Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula n.º 320, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 4927/81)

PORTARIA N.º 521/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula n.º 107, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. 3151/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/06/81.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral